

OS PAYAYÁ E A OCUPAÇÃO COLONIZADORA DO SERTÃO DAS JACOBINAS (1656-1706)

Sólon Natalício Araújo dos SANTOS

solonnatalicio@bol.com.br

Universidade do Estado da Bahia (Bolsista PICIN)

Orientador: Fabrício Lyrio Santos

*Há coisa como ver um paiaíá
Mui prezado de ser caramuru,
Descendente de sangue de tatu,
Cujo torpe idioma é cobepá[1]*

Nestes primeiros versos do soneto satírico “Aos principais da Bahia chamados os Caramurus”, Gregório de Matos ridiculariza uma figura típica da sociedade baiana seiscentista, os Caramurus, que, de ascendência mestiça, afirmam ser descendentes puros de europeus e assumem os ares de fidalguia. O “Boca do Inferno” os menospreza por descenderem da união entre índias e brancos, chamando-os inicialmente de paiaíá. A etnia indígena dos payayá deu muito que falar durante o século XVII devido à sua agressividade diante do projeto de colonização. Essa condição se infere, por conseguinte, no próprio soneto do Gregório de Matos, no qual ele usa não um etnônimo, mas uma noção historicamente construída de inconstância, ferocidade e resistência ao “processo civilizatório”.

Diversas fontes documentais dos séculos XVII e XVIII registram as ações dos payayá e suas relações com os agentes coloniais, revelando o quanto esta etnia afetou os núcleos de povoamento do recôncavo e do sertão. Diante disso, este trabalho visa descrever a trajetória histórica de uma etnia que consistiu em uma verdadeira “muralha humana” durante os séculos XVII-XVIII, resistindo ao movimento de expansão e ocupação colonizadora das terras do interior da Capitania da Bahia, em específico do sertão das Jacobinas. Por meio dos discursos e representações que os agentes coloniais (autoridades, missionários e colonos) fizeram a respeito dos payayá.

O sertão das Jacobinas dos séculos XVII e XVIII correspondia a um terreno vastíssimo composto de serras altíssimas e de planícies imensas, situado no centro da Capitania da Bahia, entre o alto curso dos rios Itapicuru-Açu e o Jacuípe. Região esta que, segundo Afonso Costa, tornou-se conceito de “tudo quanto se contasse fóra do recôncavo e do litoral”, “um nome opulentado de grandezas e de misérias” por seus metais e índios bravos[2].

A largueza de seus campos entre as serras, a abundância de água em seus rios e fontes, a fertilidade de suas planícies e a formação rala de sua vegetação fazia do sertão das Jacobinas um lugar propício para a expansão da pecuária e a instalação de fazendas, posto que o estabelecimento dos currais dependia da disponibilidade de pastos e água, bem como dos campos e seus recursos naturais. Conforme Capistrano de Abreu, “do sertão de dentro as boiadas vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam”[3]. Entretanto, o fascínio por essa região também despertou o imaginário dos colonizadores no que diz respeito à cobiça por ouro e pedras preciosas, e ao receio pelos bárbaros “Tapuias”.

Costa nos fala de um mito fundador das Jacobinas, uma lenda segundo a qual um casal de índios principais entre os payayá, chamados Iacó e Bina, acolhiam os brancos aventureiros sem tanta animosidade, possibilitando a exploração da região e a extração do ouro[4]. Esta lenda do casal de nativos remete ao discurso do “bom selvagem” que, segundo Hayden White, se caracteriza pela “idealização de uma região relativamente conhecida, associada ao Homem Selvagem, que ainda não havia sido significativamente domesticada”[5]. Entretanto, a partir da ocupação e asseguramento do espaço, assentado pela criação do gado, pela mineração e pela atuação das Missões, passou a servir como a projeção de uma imagem de “civilização”.

Provavelmente, o sertão das Jacobinas compreendia a área cultural dos payayá nos séculos XVI e XVII, onde estes viviam em contato com outros grupos indígenas, entre os quais os sapóia, os kariri e os maracás. Segundo Carlos Ott, os payayá devem ser classificados como caçadores-coletores tornados agricultores, fabricantes de ferramentas de pedra e cerâmica. Seriam também conhecedores da arte da construção usando ossos, madeiras, palhas

trançadas de licuri e folhas de palma. Ott aponta vestígios de artefatos de sílex, nefrite e jadeite como lascas, machados, pontas de lanças e de flechas, além de cachimbos de madeira, urnas e cerâmicas decoradas. E afirma que os payayá também eram cultivadores do milho, da mandioca, do aipim, do feijão, da batata doce, do amendoim e da abóbora, além de caçarem veados, porcos do mato, cascavéis, e coletarem umbu, mandacaru, xiquexique e mel de mandassaia[6].

Para Ott, os payayá também acrescentavam o peixe à sua alimentação. Eles tinham o costume de invadir a região do Recôncavo para a pesca da tainha que, depois de salgada e triturada, gerava uma farinha de peixe (também chamada de farinha de guerra) que, quando misturada com a farinha de mandioca, tornava-se essencial para a sua subsistência no sertão, principalmente durante os períodos de secas prolongadas e de guerras, posto que esta farinha durava meses[7].

Os primeiros contatos entre os payayá e os agentes coloniais possivelmente ocorreram entre o final do século XVI e início do século XVII, por meio da expansão curraleira e das expedições de João Coelho, Gabriel Soares de Sousa e Belchior Dias Moréia pelo sertão, em busca da nascente do Rio São Francisco e de metais e pedras preciosas. Valendo ressaltar que desses primeiros encontros vieram também as primeiras animosidades, que só tenderam a crescer devido a ocupação do Recôncavo pelo cultivo da cana de açúcar e do fumo e a invasão das terras do “sertão de dentro” pelo gado e vaqueiros dos D’Ávila da Casa da Torre. Família de sesmeiros que possuía duzentas e sessenta léguas pela margem esquerda do rio São Francisco e oitenta léguas pela margem direita do mesmo rio.

A partir de 1620, Francisco Dias D’Ávila, neto do primeiro Garcia D’Ávila,

tratou de desvendar o segredo das minas de Belchior Dias Moréia, promoveu o povoamento dos altiplanos de Jacobina, levou o gado do Itapicuru para o médio São Francisco. Fez do boi o seu soldado. O rebanho arrastava o homem; atrás deste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas as fronteiras da capitania. Dilatavam-na. [8].

Por não quererem entregar suas terras ao gado e por desfrutarem deste contra a vontade dos donos, muitas guerras foram movidas contra as tribos da

família kariri e nação payayá. E concomitante à expulsão dos índios, novas terras foram incorporadas pelos sesmeiros da família D'Ávila. O segundo Garcia D'Ávila e o seu tio, o padre secular Antonio Pereira, conseguiram cinqüenta léguas de novas sesmarias entre os anos de 1658 e 1659, enquanto os payayá, “rechaçados do morro do Chapéu para a margem direita do grande rio, cediam o lugar aos conquistadores” [9].

Além dos Senhores da Torre, foram grandes proprietários das terras do sertão da Bahia o mestre de campo Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte), que possuía cento e sessenta léguas contadas desde o morro do Chapéu até o rio das Velhas, e João Peixoto Viegas, que havia incorporado as terras do Itapororocas e Jacuipe no Alto Vale do Paraguaçu[10].

Entretanto, o fator que provocava os maiores transtornos aos índios era a busca das minas pelos paulistas e pelos mamelucos, posto que isto promovia a penetração constante da área cultural dos Kariri-Sapoiá, dos Maracás e dos Payayá. “Gaspar Rodrigues Adorno, Afonso Roiz Adorno e outros [bandeirantes] foram encarregados de reprimir os Índios confederados, fazer descobrimentos no centro da Bahia e norte das minas, franquear o sertão incógnito e fazer publicas as minas que nelle há” [11].

Conforme um assento de quatro de março de 1669, ordenado pelo Governador Alexandre Souza Freire (1667-1671), as primeiras agressões dos payayá datam de 1612, porém deve-se chamar a atenção pelo fato de que nesta relação o Governador projeta atos cujas responsabilidades pertencem a outras etnias, só para justificar as represálias contra os payayá [12]. Este Assento relata que no governo de Francisco Barreto Menezes (1657-1663), o capitão-mor Domingos Barbosa Calheyros fora incumbido da missão de utilizar os payayá, que haviam feito as pazes com Gaspar Adorno, para se dirigir às serras das Jacobinas e destruir as aldeias que faziam danos aos colonos e vilas do Recôncavo [13]. O resultado é que

esta jornada não logrou effeito, porque mal guiados e enganados, principalmente por um crioulo do padre Antonio Pereyra, de quem se fiaram, foram levados 'por serras inúteis e montanhas ásperas sem mais nunca poderem chegar às aldeias que buscavam usando da indústria de aconselharem aos nossos que não atirassem para matar, nem cortassem paus para tirar mel, por não serem sentidos pelos Tapuyos que nos faziam o mal...'

Os payayases mataram os guardas das munições da Aldeia de Tapurissê e comeram, forçando os expedicionários a retrocederem com novos companheiros da bandeira que eram de 200 homens[14].

De fato, aproveitando-se de seus conhecimentos sobre o sertão das Jacobinas, os payayá estavam há anos enganando os “civilizados” portugueses e prepararam uma armadilha para a entrada de Calheyros e os paulistas.

Constatado o embuste dos payayá, para garantir a segurança dos empreendimentos do projeto colonizador, a Coroa e as autoridades locais recrudesceram seus atos e passaram a patrocinar campanhas e “jornadas” punitivas contra os índios “tapuias” do sertão, em “uma série heterogênea de conflitos” que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros[15]. E a promover os aldeamentos, confinando os povos indígenas em espaços reduzidos e definidos. Resultou disso a liberação das terras do sertão das Jacobinas e o acesso à mão-de-obra compulsória e ao auxílio militar dos índios payayá e kariri.

E assim, muitos desses grupos acabaram conduzidos em meados do século XVII para aldeamentos em Cachoeira, no Paraguaçu – Pedra Branca e Caranguejo – e em Jaguaripe, para servirem de “muralhas do sertão” contra outros grupos indígenas [16]. Os payayá, relatados no Assento do Governador Alexandre de Souza Freire, já no governo de Affonso Furtado de Castro (1671-1675) foram submetidos e postos a serviço de João Peixoto Viegas para combater outras tribos [17].

Entretanto, esta relação dos payayá com os sesmeiros e colonos, diferente da versão dada pela historiografia tradicional, que é o de apresentar as sociedades indígenas como simples vítimas passivas e oprimidas pelos colonizadores, também pode ser vista como resistência, uma tentativa de sobrevivência de sua identidade étnica dentro do projeto colonial.

Outros agentes coloniais que tiveram contato com os payayá foram os missionários da Companhia de Jesus. Por volta de 1656, foi organizada uma entrada, liderada pelo padre Rafael Cardoso que passou pelas serras das Jacobinas e visitou os kariri-sapoia e os payayá. Além dessa, houve as expedições de 1666, chefiadas pelo padre Jacob Roland e pelo teólogo João de Barros, que fundaram a Missão das Jacobinas (São Francisco Xavier) na

aldeia dos kariri-sapoiá, e a redução dos payayá em 1675 pelo missionário Antonio de Oliveira que, para evitar as intervenções dos sesmeiros João Peixoto Viegas e Antonio Guedes de Brito, os desceu para a aldeia de Serinhaem (São Miguel e Santo André) em Camamu[18].

A política dos jesuítas de criar aldeamentos permanentes nos sertões, fixando grupos indígenas em espaços reduzidos com finalidades de catequizar e de disciplinar o gentio para o trabalho, possibilitou a interiorização do movimento colonizador e a ocupação das terras do sertão das Jacobinas. Com isso, foi se desvanecendo o medo das Jacobinas e a idéia de sertão foi se diluindo ou levada para mais longe. A partir disso, em 1682, no mesmo espaço em que foi fundada a missão de São Francisco Xavier, que situava-se nos arredores de onde é hoje a cidade de Campo Formoso, o arcebispado da Bahia criou a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha. Compreendendo um circuito de trezentas léguas, esta freguesia representou um dos primeiros núcleos coloniais do sertão norte da Bahia e consolidou o povoamento do sertão das Jacobinas[19].

Os limites de terras que compreendia a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina Velha, antes da criação desta, já haviam sido dados em sesmarias aos Senhores da Casa da Torre e da Casa da Ponte. Estas “ajustaram dividir amigavelmente as suas terras da Jacobina e do nordeste. E acertaram que do rio Real se botasse rumo para a serra de Taipiaba, que cai sobre o Itapicuru, e da ponta da serra outro rumo ao poente até a nascença do mesmo Itapicuru, donde uma linha partiria para o São Francisco, ficando com a Torre a parte do nordeste, com os Guedes a parte do sul”[20]. A própria região em que foi fundada a missão jesuíta de São Francisco Xavier e, respectivamente, criada a sede da Freguesia Velha de Jacobina, supostamente pertencia aos D’Ávila. Diante deste movimento de formação da Paróquia, a Missão sofria um processo inverso. Alvo das constantes hostilidades dos sesmeiros e colonos devido aos direitos de posse das terras e da submissão dos índios, a aldeia de São Francisco Xavier nas Jacobinas sofreu sucessivos assaltos da parte dos curraleiros.

Em 1669, Garcia D’Ávila havia desafiado a Companhia de Jesus,

destruindo as três igrejas missionárias de Massacará, Geremoabo e Itapicuru. Os jesuítas, por meio do Conservador Eclesiástico, quiseram levar a questão para o Tribunal. Entretanto, o Padre Antonio Pereira, tio de Garcia D'Ávila, tratou de pedir perdão ao padre Antonio Forti, Reitor do Colégio da Bahia, o qual aceitou, e assim tudo ficou impune[21].

Todavia, este consistiu apenas o primeiro episódio desta terrível luta, pois no final do século XVII, a mando das “mulheres da Torre” (Leonor Pereira Marinho e Catarina Fogaça), o procurador da Casa da Torre, Antonio Gomes de Sá, expulsou os jesuítas de suas aldeias de Acará, Curumambá e Sorobabé. Neste mesmo período, a guerrilha dos D'Ávila destruiu as missões de Santo Inácio, Santa Cruz e a de São Francisco Xavier, as quais haviam sido fundadas por João de Barros e Jacob Roland. Depois desses abusos, por volta de 1697 os jesuítas abandonaram definitivamente os aldeamentos das Jacobinas e o trabalho missionário foi ocupado pelos franciscanos, a pedido de D. Leonor Pereira Marinho[22]. Destarte, da lista de 1758 na qual José Antonio Caldas noticia as aldeias de Gentio manso, o único aldeamento jesuíta onde se registrou a presença dos payayá foi o de Serinhaem, em Camamu[23].

Em princípios do século XVIII, sob a influência da rainha Catarina, infante de Portugal, os missionários franciscanos fundaram a missão do Bom Jesus da Glória nas terras da Casa da Ponte, onde atualmente se localiza a cidade de Jacobina, atendendo a solicitação de Antônio da Silva Pimentel. Este havia proposto ao Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Bahia, os religiosos de São Francisco, pois eles já estavam atuando na região e era difícil conseguir padres seculares para a catequese dos temidos payayá, que nos setecentos ainda causavam preocupação aos colonos[24].

As missões franciscanas receberam vultosos auxílios das famílias Dias D'Ávila e Guedes de Brito. No próprio Alvará Régio de 1705[25], que autorizou a construção da igreja para a missão do Bom Jesus da Glória, a orientação da Coroa aponta o padroado, ou seja, um repasse de poderes que implica em uma relativa dependência do clero missionário ao senhor daquela área do sertão das Jacobinas[26].

Concomitante à instalação da Missão religiosa, Jacobina também se

tornara uma zona aurífera. Desde o fim do século XVII, diante das notícias da descoberta de ouro feita por Pedro Barbosa Leal naquelas serras, a região se tornou o alvo de uma corrente migratória que motivou a elevação do povoado a vila em 1722. Além do ouro, o salitre foi outro mineral que contribuiu para o devassamento do sertão das Jacobinas, onde os payayá, inclusive, foram utilizados como mão de obra para sua extração e transporte[27].

Este complexo quadro de relações culturais e sócio-econômicas demonstra que durante o processo de construção do espaço colonial no sertão das Jacobinas, através da expansão curraleira, da doação de sesmarias, da atuação das missões e da mineração, o papel histórico dos payayá não foi o de simples vítimas mudas e passivas, e sim o de agentes que ora combateram as investidas dos colonos, ora se aliaram a estes em determinadas circunstâncias históricas, mas em função dos seus próprios interesses.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] MENDES, Cleise Furtado. *Senhora Dona Bahia: poesia satírica de Gregório de Matos*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 202.

[2] COSTA. Afonso. *Jacobina Minha Terra, de antanho e de agora*. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, vol. II (1916), p. 252.

[3] ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 3º ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 200.

[4] COSTA, op cit, p. 253.

[5] WHITE, Hayden. *As Formas do Estado Selvagem: arqueologia de uma idéia. Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da Cultura*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 173.

[6] OTT, Carlos. *As culturas pré-históricas da Bahia: a cultura material*. Salvador: Bigraf, 1993, v.1.

[7] OTT, op cit, p. 35.

[8] CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3º ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983, p. 41.

[9] CALMON, op cit, p. 72.

[10] ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5º ed. - Brasília: Universidade de Brasília, 1963, p. 126; ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e*

Opulência do Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 200.

[11] BARROS, Francisco Borges de. *Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia*, vols. 4 e 5. Salvador; Imprensa Oficial do Estado, 1919, p. 155.

[12] LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Edição Fac-símile Comemorativa. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p. 205.

[13] PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão*. Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002, p. 103-5.

[14] *apud* BARROS, op cit, p. 180.

[15] Ver PUNTONI, op cit, p. 13.

[16] DANTAS, B. et ali. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico. In CUNHA, Manuela (org). *História do Índio no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 432; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. *Revista do Centro de Estudos Bahianos*. Salvador: UFBA, 1985, p. 14.

[17] SILVA, Cel. Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Tomo II. Anotações de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925, p. 230.

[18] LEITE, op cit, p. 270; CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759*. Ed. fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951, p. 54.

[19] FREITAS, Edith Alves de A.; SILVA, José Freitas da. *História da Freguesia Velha de Santo Antônio Campo Formoso*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2004.

[20] CALMON, op cit, p. 82.

[21] LEITE, op cit, p. 284.

[22] WILLEKE, Frei Venâncio (OFM). *Missões Franciscanas no Brasil, 1500-1975*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974, p. 93-4.

[23] CALDAS, op cit, p. 54

[24] WILLEKE, op cit, p. 93-4.

[25] *apud* COSTA 1916, p.250.

[26] Ver ALMEIDA, Frei Marcos Antônio de. As Missões Franciscanas na Bahia Colonial: Juazeiro e Jacobina. In: *Ethnos*, ano II, n. 2 jan/jun. 1998. Disponível em: <http://www.biblio.ufpe.br>.

[27] Sobre a exploração do salitre no sertão das Jacobinas, ver ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. Anotações de Pedro Calmon.

São Paulo: Editora Brasileira, 1965; PUNTONI, op. cit., p. 29-33.